



BOLETIM INFORMATIVO

01/2021

CAO - Patrimônio Público e da Defesa da
Probidade Administrativa



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Sumário

BOLETIM INFORMATIVO.....	1
1. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA.....	2
2. MPMT EM AÇÃO.....	2
3. NOTÍCIAS DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS.....	3
4. NOTÍCIAS MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	6
5. MATERIAIS DE APOIO.....	7
6. ARTIGOS.....	9
7. JURISPRUDÊNCIA.....	10
8. EVENTOS.....	11

1. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Resolução n.º 080/2020-CSMPMT – Acordo de Não Persecução Cível, Compromisso de Ajustamento de Conduta e Acordo de Leniência

“Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, os parâmetros procedimentais mínimos a serem observados para a celebração do Acordo de Não Persecução Cível, Compromisso de Ajustamento de Conduta e Acordo de Leniência envolvendo as sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa definidos na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e aos atos praticados contra a Administração Pública definidos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013”. [Clique aqui!](#)

Medida Provisória n.º 966/2020

“Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19. Os agentes públicos têm adotado uma série de providências para enfrentar os problemas relacionados com a saúde da população e também para tentar minimizar os prejuízos econômicos ocasionados pela paralisação do comércio e dos serviços. Os órgãos de controle e fiscalização têm acompanhado essas medidas com o objetivo de coibir a prática de condutas que lesem o erário e causem enriquecimento indevido.” [Clique aqui!](#)

Senado aprova nova Lei de Licitações

O Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.253/2020, que cria um novo marco legal para substituir a Lei das Licitações (Lei 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC -Lei 12.462/11), além de agregar temas relacionados. O texto, relatado pelo senador Antonio Anastasia (PSD-MG), vai agora à sanção do presidente da República. [Clique aqui!](#)

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a **Medida Provisória nº 2.200-2**, de 24 de agosto de 2001. [Clique aqui!](#)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.026, DE 6 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a Covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. [Clique aqui!](#)

2. MPMT EM AÇÃO

JUÍNA: Município acata recomendação do MPMT e publica edital de retificação. [Leia mais!](#)

RONDOLÂNDIA: Policial militar é condenado à perda da função pública em Rondolândia. [Leia mais!](#)

CSMP: Aprova resolução com parâmetros para celebração de acordos. [Leia mais!](#)

JUÍNA: Justiça decreta indisponibilidade dos bens de médico legista em Juína. [Leia mais!](#)

MPMT: Lança campanha contra flexibilização do combate à corrupção. [Leia mais!](#)

TANGARÁ DA SERRA: MP já propôs cinco ações relativas ao sistema de abastecimento de água. [Leia mais!](#)

LUCAS DO RIO VERDE: Liminar afasta e bloqueia bens de agentes prisionais. [Leia mais!](#)

3. NOTÍCIAS DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPAL: Prejuízo de R\$ 18 mi: MPAL recomenda que Prefeitura de Maceió recorra de decisão que determinou contratação de empresa de recolhimento de lixo. [Leia mais!](#)

MPAM: Justiça acata ação de MPAM e manda suspender licitação para serviços de limpeza pública em Humaitá. [Leia mais!](#)

MPCE: Ajuíza ação civil pública contra Município de Fortaleza e instituição gestora do Hospital de Campanha do PV. [Leia mais!](#)

MPCE: Operação “Frete Grátis” da Procap investiga agentes públicos de Acarape e empresários pelos crimes de peculato e de responsabilidade. [Leia mais!](#)

MPCE: requer condenação de prefeito de Quixadá por novo descumprimento de ordem judicial. [Leia mais!](#)

MPCE: Coronavírus: MPCE e MP de Contas recomendam que Município de Uruoca anule itens com sobrepreço em licitação. [Leia mais!](#)

MPES: Servidora que acumulava cargos em Fundão e Ibiraju responderá por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPGO: MP aciona prefeito afastado de Luziânia e requer bloqueio de mais de R\$ 3 milhões em bens. [Leia mais!](#)

MPGO: Nepotismo: MP propõe ação de improbidade contra prefeito afastado de Luziânia e mais 4 pessoas. [Leia mais!](#)

MPGO: executa ação contra ex-prefeito de Bom Jesus em valor superior a R\$ 6 milhões. [Leia mais!](#)

MPGO: Após pedido do MP, juíza suspende abertura de licitação para serviços de água e esgoto em Goianésia [Leia mais!](#)

MPGO: Nepotismo: mantida liminar ao MP que bloqueia bens de prefeito e presidente da Câmara de Aruanã. [Leia mais!](#)

MPGO: Ação de improbidade do MP contra secretário de Joviânia é recebida na Justiça. [Leia mais!](#)

MPGO: Pede afastamento do prefeito de Luziânia em nova ação de improbidade por atos contra a dignidade sexual [Leia mais!](#)

MPMA: CÂNDIDO MENDES - Fraudes em locação de veículos pela Prefeitura motivam ação por improbidade. [Leia mais!](#)

MPMS: Por fraude em licitação, Justiça atende pedido do MPMS e obriga o Município de Corumbá a suspender contrato com empresa de serviços de limpeza. [Leia mais!](#)

MPMS: Justiça acata liminar do MPMS e determina bloqueio de bens no valor de 74 mil e remoção de fotos e conteúdo de rede social do ex-Prefeito de Bandeirantes. [Leia mais!](#)

MPMS: Em Ação Civil Pública, MPMS pede condenação do Prefeito de Corumbá por improbidade administrativa . [Leia mais!](#)

MPMG: Vereador de Itaúna e ex-assessores parlamentares têm bens bloqueados a pedido do MPMG. [Leia mais!](#)

MPPA: Candidato à prefeitura tem chapa impugnada pela justiça eleitoral. [Leia mais!](#)

MPPA: Requer a condenação de envolvidos na execução irregular de contrato entre Sespa e OSS Pro-Saúde. [Leia mais!](#)

MPPA: Obtém liminar e bens de prefeita são bloqueados. [Leia mais!](#)

MPPA: Ajuíza 30 ações civis contra prefeita e outras 30 pessoas que ingressaram no serviço público sem aprovação em concurso. [Leia mais!](#)

MPPA: Ministério Público pede afastamento de governador pela compra irregular de respiradores. [Leia mais!](#)

MPPB: MP propõe assinatura de acordo de não persecução cível e prefeito e secretários de CG. [Leia mais!](#)

MPPB ajuíza ação de improbidade contra ex-presidente da Câmara de Cabedelo. [Leia mais!](#)

MPPB faz recomendação sobre pagamento de diárias para vereadores do Conde. [Leia mais!](#)

MPPB Promotoria de Piancó ajuíza ações de improbidade contra gestores e servidores públicos. [Leia mais!](#)

MPPB pede condenação do prefeito de Santa Rita por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPPB Justiça rejeita embargos e mantém bloqueio de bens de empresário, conforme pedido do MPPB. [Leia mais!](#)

MPPE: MPPE recomenda que prefeito de Timbaúba devolva recursos públicos ao Fundo da Criança e do Adolescente. [Leia mais!](#)

MPPE: Excesso de comissionados e contratados na Fundação de Cultura de Caruaru motiva ação por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPPI: MPPI ingressa com ação civil pública contra ex-presidente da Câmara de João Costa por ato de improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPPI: Ingressa com ação civil pública contra o prefeito de São João do Piauí. [Leia mais!](#)

MPPI: obtém sentença favorável através de ação civil pública movida contra ex-prefeita de Lagoa do Barro do Piauí por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPPI: ingressa com ação de improbidade administrativa contra prefeita de Esperantina por violação à LRF. [Leia mais!](#)

MPPI: ajuíza ação contra ex-prefeita e vereador de Morro do Chapéu, por ato de improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPPR: Em Barracão, Justiça atende pedido do MPPR e suspende licitação com irregularidades para contratação de empresa de pavimentação. [Leia mais!](#)

MPPR: Em Toledo, MPPR aciona quatro empresas das áreas de medicamentos e de produtos hospitalares por fraude em pregão promovido pelo Município. [Leia mais!](#)

MPPR: Ministério Público do Paraná ajuíza ação civil pública por improbidade administrativa contra prefeito de Santa Terezinha de Itaipu e mais nove réus. [Leia mais!](#)

MPPR: Justiça atende pedido do MPPR e determina bloqueio de bens de ex-conselheiro tutelar de Sulina acionado por recebimento indevido de diária. [Leia mais!](#)

MPPR: Combate à Covid-19 em Foz do Iguaçu receberá R\$ 500 mil resultantes de acordos de não persecução firmados pelo MPPR com médico. [Leia mais!](#)

MPPR: Ministério Público do Paraná ajuíza ações para que Câmaras de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto do Iguaçu controlem a frequência de seus servidores. [Leia mais!](#)

MPRJ: MPRJ obtém decisão proibindo o Estado de efetuar pagamentos para o IDAB até que os gastos com o Hospital Anchieta sejam devidamente comprovados. [Leia mais!](#)

MPRJ obtém decisão que decreta indisponibilidade de bens de Eduardo Paes, da RIO ÔNIBUS, e de consórcios de empresas de transporte que fraudaram licitação nos contratos do serviço de ônibus no município do Rio. [Leia mais!](#)

MPRJ obtém condenação por improbidade do ex-prefeito de Macaé, do ex-procurador-geral do Município e de sua esposa por nepotismo. [Leia mais!](#)

MPRN: Após ação do MPRN, ex-governador Robinson Faria tem direitos políticos suspensos. [Leia mais!](#)

MPRN: Parnamirim: MPRN denuncia servidor que recebeu salário por 45 meses sem dar expediente. [Leia mais!](#)

MPRS: MPRS denuncia duas servidoras públicas por corrupção passiva e ajuíza ação civil pública por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPSC: Determinado bloqueio de bens de Prefeito de Penha. [Leia mais!](#)

MPSC: Bloqueado R\$ 1,57 milhão de Prefeito de São Carlos em ação por suposto ato de improbidade. [Leia mais!](#)

MPSC: Condenado ex-prefeito do Norte de SC que preteriu concursados em favor de temporários. [Leia mais!](#)

MPSC: Município Presidente Castello Branco acata propostas do MPSC e corrige irregularidades. [Leia mais!](#)

MPSP: Liminar obtida por Promotoria suspende concurso público irregular em Brotas. [Leia mais!](#)

MPSP: Ação civil pública contra prefeito de Regente Feijó é julgada improcedente. [Leia mais!](#)

MPSP mostra Lei da Improbidade como meio para punir recebimento de propina. [Leia mais!](#)

MPSP: Justiça bloqueia R\$ 29 mi de Doria em ação por improbidade [Leia mais!](#)

MPTO: MPTO constata prática de nepotismo em Crixás do Tocantins e requer a exoneração de secretária de governo do Município. [Leia mais!](#)

MPTO: Busca cumprimento da sentença que cobra R\$ 833 mil de ex-prefeito de bagé. [Leia mais!](#)

4. NOTÍCIAS MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Justiça determina indisponibilidade de bens de prefeito e ex-prefeito de Pinhalzinho (SC). [Leia mais!](#)

Justiça Federal recebe ação de improbidade ajuizada pelo MPF contra ex-prefeito de

Esperantina. [Leia mais!](#)

MPF edita orientação sobre acordos em matéria de improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPF, PF, CGU e Anvisa investigam fraude em licitação para compra de respiradores em Japeri (RJ). [Leia mais!](#)

Ex-prefeito de Nova Olinda é condenado por promover imagem com recursos municipais. [Leia mais!](#)

FT Greenfield pede na Justiça quase R\$ 3 bilhões a Luiz Nascimento, da Camargo Corrêa. [Leia mais!](#)

Covid-19: MPF obtém liminar para garantir transparência de recursos federais recebidos pelo município do Recife. [Leia mais!](#)

MPF avança na normatização de acordos de não persecução cível na 2ª instância. [Leia mais!](#)

Bloqueados R\$ 833 mil de ex-prefeito de Rio Negro por desvio de verbas federais. [Leia mais!](#)

MPF pode propor ação de improbidade contra prefeito por ferir transparência. [Leia mais!](#)

MPF pede afastamento de Ricardo Salles do Meio Ambiente por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

5. MATERIAIS DE APOIO

Kit Transmissão de Mandato Eleições 2020 CAOPP/MPMT

Confeccionado pelo CAOPP/MPMT, sob a Coordenação do Promotor de Justiça, Marcos Brant Gambier Costa, contando com a colaboração dos Promotores de Justiça, Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira, Ludmilla Evelin de Farias Sant Ana e Luiz Eduardo Martins Jacob Filho, e auxílio da equipe técnica composta pelas servidoras, Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase e Ghabriela Duarte Metello Taques. [\(clique aqui\)](#)

Kit "Fiscalização da vacinação contra a Covid-19" CAOPP/MPMT

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. [\(clique aqui\)](#)

Material de Apoio "Individualizar - Dolo - Culpa – Improbidade" MPMS

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral, com auxílio de seu Núcleo do Patrimônio

Público e das Fundações do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. ([clique aqui](#))

Material de Apoio "Tipologias em Improbidade Administrativa" MPES

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público - CADP do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. ([clique aqui](#))

Kit de Transição Responsável MPGO

Confeccionado pelo CAO do Patrimônio Público do MPGO. ([clique aqui](#))

Material de apoio "Evolução patrimonial de agentes públicos"

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPSP, MPPR e pela Controladoria Geral da União [\(CGU - MPPR- MPSP\)](#)

Nota Técnica "Acordo de Não Persecução Cível" MPSP

Confeccionada pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPSP, tratando-se de Fornecimento de subsídios aos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo para a celebração de acordos de não persecução cível, em conformidade com a Lei 13.964/2019, com a Resolução 179/2017-CNMP e com a Resolução 1.193/2020 – CPJ ([clique aqui](#)).

Kit de Atuação "Antidesmonte Processo de Transição Governamental" MPCE

Confeccionada pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPCE ([clique aqui](#))

Roteiro de Investigação MPRS

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPRS ([clique aqui](#))

Protocolos de Investigação MPPR

Confeccionada pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPPR ([clique aqui](#))

Roteiro Prático MPRS

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPRS ([clique aqui](#))

Parecer PGE/RS

Confeccionado pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul ([clique aqui](#))

Kit Emergências MPCE

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPCE ([clique aqui](#))

Material de apoio “Vacinação” MPMO

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPMO ([clique aqui](#))

Material de apoio “Desproporcionalidade entre servidores” MPRS

Confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público do MPRS ([clique aqui](#))

6. ARTIGOS

Atos de improbidade administrativa praticados por agentes políticos: a interpretação dos tribunais superiores

Analisa o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores relacionado à temas específicos da Lei 8.429/92 (Lei de improbidade Administrativa), especialmente de atos de improbidade administrativa praticados por agentes políticos. Esclarece que a existência de ato de improbidade administrativa exige a presença do elemento subjetivo, não podendo ser admitida à responsabilidade objetiva. [Leia mais!](#)

Lei 13.964/19 e (in)significância na improbidade administrativa

Após a "jurisprudencialização" do Direito — a jurisprudência é hoje, do ponto de vista da prática judicial, a principal fonte do Direito no Brasil —, tem-se identificado a construção de interpretações que passam a ser reproduzidas em série, estabelecendo uma espécie de "estado de coisas automático". E essas interpretações, sobre serem pautadas em conceitos legais indeterminados ou em princípios que revelam valores jurídicos abstratos, não costumam considerar as consequências práticas da decisão, como passou a exigir o artigo 21 da LINDB, incluído pela Lei 13.655/18. [Leia mais!](#)

Prescrição da ação de improbidade administrativa em face de agentes públicos celetistas

Trata-se de artigo acerca do prazo de prescrição e do seu respectivo termo inicial para a ação de improbidade administrativa em face de agente público regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em outras palavras, o agente público celetista ou empregado público, inclusive no caso em que o ocupante de emprego público permanente exerce simultaneamente emprego em comissão. [Leia mais!](#)

Bloqueio judicial da multa civil em ações de improbidade: Uma análise dos limites para concessão de liminar de indisponibilidade de bens

Considerando a natureza dúplice do rito da ação de improbidade, que congrega, além da pretensão indenizatória cível (ressarcimento de danos materiais sofridos pelo erário público), uma pretensão punitiva estatal (perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão de direitos políticos, multa civil e outros), há que se analisar os limites para concessão de liminar de indisponibilidade de bens em ações de improbidade, especialmente no que diz respeito à multa civil. [Leia mais!](#)

A declaração de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa e os efeitos práticos sobre os atributos da propriedade

A Ação de Improbidade Administrativa é uma espécie de Ação Civil Pública, disciplinada pela Lei 8.429/92, na qual se pretende o reconhecimento jurídico das condutas de improbidade administrativa elencadas na lei de regência da mencionada ação. Nos termos da LIA, são espécies de improbidade administrativa aquelas ações ou omissões que geram enriquecimento ilícito, em detrimento da função pública; que causem dano ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública. [Leia mais!](#)

A suspensão dos direitos políticos por improbidade e sua aplicação para o TSE

Parece-nos que milhões ainda se interessam pela essência do pleno exercício da democracia e compreendem que a melhor forma de debater e buscar a evolução do país para aquilo que desejam é por meio da política e do voto. [Leia mais!](#)

As mudanças na Lei nº 8.429/92: o que esperar de 2021

Em 17 de outubro de 2018, foi enviado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 10.887/18, elaborado por juristas sob a coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça Maurício Campbell, que trazia uma proposta de diversas alterações na Lei nº 8.429/92 (lei que trata dos atos de improbidade administrativa) no intuito de atualizá-la, incorporando diversas posições jurisprudenciais consolidadas no Superior Tribunal de Justiça acerca do tema. [Leia mais!](#)

7. JURISPRUDÊNCIA

É inconstitucional lei estadual que define, como critério de desempate em concurso público, a preferência pelo servidor público daquele Estado (STF - ADI 5358, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 30/11/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-292 DIVULG 14-12-2020 PUBLIC 15-12-2020) [Clique aqui!](#)

Mesmo que o ato de improbidade tenha sido praticado em mandato anterior, se o indivíduo for condenado, a suspensão dos direitos políticos pode ser aplicada para que ele perca o mandato atual (STJ - REsp 1840113/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2020, DJe 23/10/2020) [Clique aqui!](#)

Os editais de licitação ou pregão não podem conter cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração, sob pena de ofensa ao art. 40, X, da Lei nº 8.666/93 (STJ - REsp 1840113/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2020, DJe 23/10/2020) [Clique aqui!](#)

Mesmo que o ato de improbidade tenha sido praticado em mandato anterior, se o indivíduo for condenado, a suspensão dos direitos políticos pode ser aplicada para que ele perca o mandato atual (STJ - REsp 1813255/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 04/09/2020) [Clique aqui!](#)

8. EVENTOS

Webinar Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

A Escola Superior do MPSP e o Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do CAO Criminal, promoveram o Webinar Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, na sexta-feira (05/03), às 9 horas, com transmissão pelo YouTube. [\(Leia mais\)](#)

Boletim Informativo do CAO do Patrimônio Público e da Defesa da Probidade Administrativa

Equipe Técnica:

- Marcos Brant Gambier Costa – Promotor de Justiça e Coordenador do CAOPP
- Gustavo Dantas Ferraz – Promotor de Justiça colaborador
- Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira – Promotor de Justiça colaborador
- Ludmilla Evelin de Faria Sant' Ana Cardoso – Promotora de Justiça colaboradora
- Luiz Eduardo Martins Jacob Filho – Promotor de Justiça colaborador
- Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase – Oficial de Gabinete
- Mayra Cristina Arruda Ambrósio – Assistente Ministerial
- Gabriela Duarte Metello Taques – Auxiliar Ministerial